



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINAS
Rua Regente Feijó, 1251 - Bairro Centro - CEP 13013-907 - Campinas - SP

CAMPREV-PRESIDENCIA/CAMPREV-CMP

ATA DE REUNIÃO

Campinas, 23 de dezembro de 2022.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO CAMPREV

01/11/2022

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às 14h30min na sala situada no oitavo andar do prédio do CAMPREV, Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, nº 401, Parque Itália - Campinas, SP, através da plataforma “Google Meet” realizou-se a quadragésima primeira reunião extraordinária do Colegiado, sob a presidência do Sr. Elias Lopes da Cruz, Presidente do CMP, a qual foi secretariada por mim, Denílson Pereira de Albuquerque. **I - ABERTURA:** Havendo número legal de Conselheiros foi, pela Mesa, declarada aberta a reunião na qual estiveram presentes os Conselheiros: Débora Teixeira Chaves, Eleonora Christiane Marques Brandão, Eliana Regina Antonelli de Moraes Cascaldi, Fernando César Oliveira Rodrigues, Henry Charles Ducret Júnior, José Joaquim Pereira, Misael Rogério de Souza, Moacir Benedito Pereira, Nelton Miranda Lima dos Santos, Nilda Rodrigues, Viviane Vilela Rezende Neves. **Convidado:** Luis Carlos Moreira Miranda – Diretor Financeiro do CAMPREV. **Ouvintes:** Cilene Amadio, Charles Rodrigues, Daniel Cintra, Elizabeth Rossin, Gabriel Quicoli, Giancarla (?), Jesiele Malandrin, José Ricardo, Lucia Toledo, Maria Aparecida, Michelle Azevedo, Mônica Lobo, Rodolfo Fais, Tatiana Nanni Astolfi, Tiago Cerqueira, Valéria Cristina Mari Silva, Wagner Ferreira de Sousa, Wladimir Vergal. **II** – Financeira nomeando os servidores e seus cargos. Depois, falou sobre os contratos de prestadores **PAUTA:** Reunião com o Diretor Financeiro nos termos do SEI- CAMPREV. 2022.00002537-18. O Presidente iniciou a reunião saudando a todos e, em seguida, foi realizada a leitura da ordem do dia. Depois, informou que a reunião seria gravada para elaboração da ata e passou a palavra ao Diretor Financeiro, que saudou os presentes e explicou que faria uma breve apresentação sobre a Diretoria. Iniciou a apresentação falando sobre a composição da Diretoria de serviços destacando o da GCASP que fornece a mão de obra de 5 funcionários e é um dos mais importantes, visto que a parte contábil é a mais importante para Diretoria Financeira, já que precisam fazer prestação de contas rotineiramente. Disse que essa Empresa é Especializada em Consultoria Contábil de Previdência e temos um contrato no valor de R\$851.729,36. Falou também sobre o contrato da LDB de consultoria financeira e sobre o contrato de Compensação Previdenciária com a FIPE, pontuando que, a partir desse ano, haverá outros modelos além dos RGPS e exemplificou falando do caso de professores na compensação entre RPPS. Disse que está levantando todas as informações sobre esse assunto para que agende uma reunião com o CMP para tratar do COMPREV, conforme foi solicitado em um SEI. Em continuidade, disse que a partir do ano que vem haverá uma migração de sistema e isso será um problema para nós, pois o contrato não prevê mão de obra, consultoria contábil, a empresa não tem expertise, além do valor que nos custará o dobro. Em seguida, disse que na quinta-feira, será encaminhado um SEI da reunião de prestação de contas da carteira do 3º trimestre e uma nova proposta da Política Anual de Investimentos. Na sequência, o Presidente explicou que a migração é um Decreto Federal e não poderemos fazer nada a respeito, mas disse que será um desserviço e não sabe como isso se resolverá. Finalizada a apresentação, o Conselheiro Miranda fez suas considerações dizendo que faria as mesmas perguntas que havia feito aos outros dois Diretores. Enfatizou que o Diretor Financeiro é o Diretor que mais nos atende trazendo, oficialmente, as atividades da Diretoria Financeira, o que considera simbólico e importante. Expressou sua consideração pela presença constante e efetiva dentro do CMP. Disse que sabe que as outras Diretorias têm mais dificuldades para se aproximarem do CMP, em razão das burocracias internas dentro da Autarquia, mas o Diretor Financeiro tem mais facilidade quanto a isso, conforme a legislação que coloca a Diretoria atrelada ao CMP. Logo

após, questionou quais são as dificuldades da Diretoria Financeira e das outras Diretorias para se reunirem regularmente, pois discutimos bastante sobre gestão corporativa prevista no Pró Gestão. Relatou também que todos os coletivos precisam, minimamente, de um Planejamento e disse que havia sido surpreendido com o planejamento que foi postado recentemente no site do CAMPREV. Perguntou qual o planejamento da Diretoria Financeira dentro do escopo da Diretoria Executiva, posto que precisamos de um planejamento para avançarmos enquanto instituto. Depois, esclareceu que existe uma sentença que permite as Diretorias ter um assessor de livre escolha e confiança e questionou se isso havia sido cumprido na Diretoria Financeira, já que os boatos são de que não foi dado o direito de escolha e de confiabilidade da Assessoria às Diretorias. Falou ainda que existe a discussão no CMP de que é necessário dar visibilidade e transparência para garantir a sustentabilidade da autarquia, perguntando como a Diretoria Financeira, dentro do escopo da Diretoria Executiva, visibiliza e dá transparência aos encaminhamentos feitos dentro da Diretoria. O Diretor Financeiro em resposta, explicou que existe uma dificuldade extrema para que a Diretoria Executiva se reúna e não sabe como isso se resolverá, posto que existe uma interpretação da LC nº10/04 de que a Diretoria Executiva não existe, embora isso nunca tenha sido verbalizado, mas se reuniram 3 ou 4 vezes em reuniões, sendo algumas delas para apresentação e para verificar a situação do Plano de Cargos com a comissão de servidores, e apenas aprovaram. As outras apresentações foram sobre o Pró Gestão e, fora isso, não houve nenhuma outra reunião das Diretorias. Sobre o planejamento, disse que a Diretoria Financeira tem um planejamento para legalidades e outro para tratar das questões internas e rotinas, mas nenhum planejamento geral para o Instituto e acredita que todas as Diretorias têm a mesma dificuldade. A respeito do assessor, disse que a Diretoria Financeira não tem nenhum e havia feito um encaminhamento ao Diretor Presidente solicitando o direito de indicar um assessor, mas obteve a resposta de que essa vaga já estava preenchida. Contou que questionou a ele qual Portaria havia indicado esse Assessor, no entanto, a Portaria não foi encaminhada até o dia de hoje. Sobre visibilidade e transparência, disse que essa é uma exigência do Pró Gestão e explicou que sempre questiona a quantidade de SEIs restritos para assuntos que não são sigilosos e considera isso desnecessário, mas acredita que o Pró Gestão servirá como uma ferramenta de auto cobrança do nosso *modus operandi*. O Conselheiro Miranda respondeu dizendo que “o papel aceita qualquer palavra”, mas a grande questão, quando falamos de Pró-Gestão, é que as ações precisam dar conta das intenções que estão na cartilha do Pró-Gestão. Posteriormente, a Conselheira Eliana agradeceu a presença do Diretor e explicou que o planejamento postado recentemente no portal diz que 100% dos cargos serão preenchidos, pontuando que na diretoria financeira existem 2 cargos de contador, sendo um da Samantha e outro para concurso público, além de 2 cargos para economistas, sendo que apenas um irá para concurso público. Desse modo, o que foi planejado não vai acontecer e, por isso, não sabemos de onde veio o planejamento que foi publicado. Disse que, conforme a fala do Diretor, a composição da Diretoria é fundamental para o bom andamento do trabalho e ficou surpresa em saber que não terá a composição da diretoria conforme a necessidade do diretor. Disse também que existe uma preocupação sobre a taxa de administração que aparece de forma recorrente no relatório do tribunal de contas, no parecer do conselho fiscal e no Pró Gestão, sendo que, conforme alteração dos níveis dos RPPS, a taxa de administração é modificada. Disse que temos o conhecimento de que, no nosso caso, é necessária a alteração da lei e entende que é importante que tenhamos a taxa de administração em conta separada do fundo financeiro, cabendo ao CMP fazer encaminhamentos nesse sentido. O Diretor em resposta sobre os cargos, disse que a servidora Samantha é concursada do CAMPREV e o Edmilson está no processo de aposentadoria, sendo necessário, de imediato, preencher uma das vagas. Explicou que a diretoria deve ter mais de um economista concursado e a partir do momento que tiver servidor concursado irá lutar para cumprir o que está na LC 58/14. A respeito da taxa de administração, disse que um dos apontamentos que mais recebe é de que não usamos o valor total dessa taxa e explicou que, com a LC nº10/04, podemos usar até 2% da folha bruta e não temos uma conta específica para esse dinheiro. Explicou que o montante das nossas despesas tem dado em torno de 1.6% e é a quantia que temos usado, pois se trouxermos mais, teremos que devolver, já que ao final do exercício temos que fechar, o que nós, efetivamente, usamos. Mas, com a nova legislação o valor será recalculado conforme o tamanho do RPPS, assim temos a possibilidade de fazer uma alteração na Caixa e de criar um fundo específico com a taxa de administração para cumprir as funções dessa taxa. Disse também, que precisaremos alterar a LC nº10/04 nesse sentido e explicou que, do ponto de vista financeiro, não teremos reações negativas com essa alteração. Após, a Conselheira Eliana agradeceu a explicação do Diretor Financeiro, dizendo que é importante que as pessoas convidadas entendam que a taxa de administração está dentro do fundo financeiro e isso deve ser mudado. A Conselheira Viviane pontuou que uma das incoerências é que a taxa está atrelada a um fundo que é finito. Em seguida, o Presidente explicou que, diferente do que foi publicado no boletim do STMC, nenhum centavo da contribuição do servidor é usado para custear despesas, pois, embora esteja no fundo financeiro, a Prefeitura faz o repasse em até 2% da

folha. Depois, o Conselheiro Misael agradeceu a presença do diretor financeiro, dizendo que as informações dadas pelo diretor são sempre importantes para as nossas análises e que, embora exista a questão da legalidade, entende que há uma preocupação do Diretor Financeiro em vir ao CMP prestar contas e passar informações. Falou sobre a meta de rentabilidade do CAMPREV, cuja média dos RPPS nacionais foi em torno de 0,55%, trazendo à tona todo o problema nacional e mundial que estávamos enfrentando, assim, quanto à rentabilidade do CAMPREV, solicitou que isso fosse esclarecido, bem como a meta da PAI do próximo ano e suas perspectivas sobre dar conta dessa meta. O Diretor Financeiro explicou que a meta atuarial é o IPCA +4% e a média nacional foi de 0,55%, enquanto a nossa foi de 1,24%, o que está muito longe da meta de 13.21%, mas ainda assim, foi o dobro da média dos demais RPPS do Brasil. Explicou que tivemos um ano extremamente difícil e quanto mais alto for o IPCA, mais difícil é de atingir as metas. Disse que hoje fechamos o trimestre de setembro com 4.45% de 7.20% da meta, gerando um déficit de 2.75% até setembro, sendo que precisamos aguardar os índices do quarto trimestre. Disse que uma das dificuldades que tivemos foi o de regramento financeiro que nos obriga a ter uma carteira conservadora. Sobre o próximo ano, disse que foi feita a alteração da política de investimentos dos títulos públicos somando 30% da carteira, o que deve nos ajudar nos números do ano que vem, explicando que, hoje, o pior cenário é o internacional. Após, a Conselheira Débora fez suas colocações dizendo que havia se atentado a fala do Diretor a respeito dos SEIs, porque antes de ser feito o encaminhamento dessas reuniões com a Diretoria Executiva, sete conselheiros haviam gerado um SEI solicitando ao Presidente do CMP que providenciasse essas reuniões em abril desse ano, no entanto, está acontecendo apenas agora. Explicou que quando o Presidente do CMP concordou em fazer as reuniões, fez o encaminhamento ao Diretor Presidente, gerando outro SEI e, posteriormente, ele fez esse encaminhamento aos três Diretores com um novo SEI para cada um, totalizando cinco SEIs. Disse que, existe um costume no CAMPREV de deixar os SEIs restritos e entende que devem ser abertos, principalmente, os contratos. Disse que quando falamos de Pró Gestão, falamos de transparência e exemplificou que, no Portal da Transparência não consta os contratos, apenas os termos de contrato, impossibilitando de identificarmos quem é o gestor do contrato, o valor e a vigência. Desta forma, perguntou ao Diretor Financeiro se ele tem acesso aos contratos pelos quais é responsável. Explicou também que o PPA do CAMPREV não foi encaminhado para deliberação do CMP em tempo hábil, embora esteja previsto na lei 10/04 que essa proposta deve passar pelo conselho. Questionou se o Diretor Financeiro participou da elaboração da proposta orçamentaria e acrescentou que todos os quatro diretores deveriam participar desse planejamento dos próximos 4 anos que é encaminhado à Prefeitura. Contou ainda que solicitou insistentemente que o CMP fizesse a deliberação da LOA, mas foi encaminhada em cima da hora e já estava na Câmara Municipal. Por fim, questionou sobre o contrato da FIPE, perguntando quem é o gestor desse contrato de compensação previdenciária. O Diretor em resposta sobre o acesso aos contratos, disse que consegue visualizá-los pelo SEI, mas soube que existem contratos que, ao serem inseridos documentos pessoais, a sua visualização fica restrita, no entanto, entende que os contratos deveriam estar abertos. Disse em seguida, que o gestor do contrato da FIPE é o Secretário Denilson e, com relação às questões orçamentárias, disse que o maior erro não foi o orçamento desse ano, mas sim, o PPA, pois é importante que exista uma discussão ampla sobre isso antes de encaminhá-lo. Contou que soube desse PPA quando foi encaminhado para a Câmara e, juntamente com os Diretores Previdenciário e Administrativo, fez um SEI questionando o Diretor Presidente sobre essa questão, mas nunca foi respondido. Ainda sobre o orçamento, disse que o desse ano já foi apresentado, mas certamente o do ano que vem será debatido na Diretoria Financeira e no CMP. Depois, a Conselheira Viviane concordou com a fala do Diretor Financeiro sobre a importância que o controle do Pró Gestão trará ao CAMPREV, principalmente, no que se refere à transparência e perguntou ao Diretor Financeiro se isso dará, em termos operacionais, com prestação de contas e auditorias do Pró Gestão, exemplificando que, por vezes, os conselheiros fazem denúncias de que os contratos não deveriam estar restritos em razão da transparência. Questionou também qual será o órgão que fará o gerenciamento do Pró Gestão. Disse na sequência, que recebeu o boletim da STMC e não concordou com o polegar para baixo nas fotos, pois entende que não existe demérito na atuação junto a esse Conselho e todos os nossos trabalhos estão amparados em lei, além de, como conselheira, ser muito atuante não apenas na participação, mas também nas elaborações de documentos, inclusive na análise de Cálculo Atuarial, no qual o conselho se debruçou para fazer o estudo e identificaram inconsistências que salvaram muitos milhões do CAMPREV. Disse que, no seu entendimento, os contratos milionários que o instituto tem como o da FIPE, deveriam ser alvos de denúncias do STMC, pois esses contratos milionários deveriam estar na elaboração de documentos que sejam irrepreensíveis, os quais os conselheiros estudaram para trazer essa fiscalização e barreira para não trazer prejuízo ao erário. Disse ainda que a remuneração de jetons dos conselheiros é cabível e reforçou que não existe demérito na nossa atuação, sugerindo que o STMC falasse também sobre quais são as

funções do CMP, já que temos um extenso trabalho, e parabenizando os colegas conselheiros com relação a isso. Perguntou ao servidor e diretor do STMC, Rodolfo, o motivo de não terem escolhido uma foto sua com máscara, pois entende que o STMC deveria ter feito essa escolha de uma forma equalizada sem demonstrar essa tendência de colocar fotos de todos os conselheiros indicados de máscaras, exceto o Presidente do CMP. Pontuou ainda que o servidor Paulo aparece no boletim, mas não faz parte desse conselho e que faltou o Conselheiro Henry. O Diretor Financeiro explicou que o Pró Gestão é uma certificação que devemos cumprir feita pela análise de uma empresa certificadora, sendo que é possível pleitear subir de nível ou se manter no mesmo nível, no entanto, é possível também perder a certificação em uma dessas análises se não conseguirmos cumprir as diretrizes. Disse que precisaremos todos fazer a lição de casa se quisermos manter a certificação nas diretrizes estabelecidas e explicou que poderemos denunciar se o Pró Gestão não estiver sendo cumprido. Explicou que o objetivo do Pró Gestão é de garantir que os regimes próprios tenham um maior nível de transparência e gestão corporativa. Em seguida, a Conselheira Eliana disse que a empresa certificadora do CAMPREV é a Totum, que foi contratada no ano passado e já tivemos três aditivos de prorrogação, sendo que a empresa encerrará os trabalhos no final do ano e, por isso, os conselheiros têm cobrado qual ação ainda falta para a certificação. O Presidente em resposta, disse que ainda falta uma ação do Conselho Fiscal para atingirmos o nível 1 e o Técnico Jonathan já entrou em contato para conseguir as assinaturas faltantes. Na sequência, o Conselheiro Miranda disse que iria fazer a sua fala se dirigindo ao Diretor Financeiro por entender que o STMC não o representa. Iniciou explicando que a audiência pública é um dos princípios do Pró Gestão e nós discutimos a presença dos colegiados na mesa do Instituto, mas não foi permitido, solicitando que o Diretor Financeiro fizesse uma avaliação da Audiência Pública, pois em sua avaliação, entende que a audiência não foi socializada e construída coletivamente. Disse também que precisamos fazer uma avaliação muito séria sobre esse boletim, pois combatemos a *fake news* durante o processo eleitoral compondo uma Federação com partidos progressistas do qual a maioria dos dirigentes do STMC são filiados e fica inaceitáveis que as diretorias do CAMPREV sejam citadas no boletim com informações e análises falsas e descontextualizados, explicando que nesse momento, precisamos trazer a verdade para que as pessoas que são diretoras do STMC possam nos ouvir sobre quais são encaminhamentos verdadeiros que temos aqui. Contou que na primeira reunião com a Diretoria Previdenciária quando Diretores do Sindicato estiveram na reunião, os elogiou dizendo que acreditava que a presença sindical dentro das nossas reuniões é importantíssima para que acompanhem de fato, a vida previdenciária dos servidores municipais de Campinas. Lembrou que o Diretor sindical do STMC disse que lê as atas do CMP e isso o preocupa, pois ao que parecem, eles não compreenderam o que está escrito nas atas e se tivessem lido de fato com esse empenho de fiscalização, perceberiam que os colegiados dessa Autarquia e Diretorias tem feito um esforço muito grande para defender a sustentabilidade. O Diretor Financeiro fez sua avaliação sobre a audiência pública dizendo que espera que se torne rotina não pela obrigatoriedade, mas para que possamos dialogar e havia sugerido que fosse realizada uma audiência semestral para prestação de contas. Explicou que, geralmente, as audiências são para as pessoas ouvirem mais do que falarem e entende que esse modelo deve ser alterado, dizendo que o tempo foi insuficiente, já que houve pessoas inscritas que não conseguiram falar e, por isso, deveria ser analisado o tempo para apresentação da mesa, bem como o tempo das pessoas para fazerem perguntas. Sobre o mal-estar no final da audiência, disse que sabia que o horário programado era 12h30, mas não sabia que o salão vermelho deveria ser liberado nesse horário também para outra atividade. Disse que uma das ferramentas que poderia ter sido usada para as pessoas que não puderam perguntar era de que formulassem as perguntas no e-mail do CAMPREV para que os Diretores respondessem posteriormente. Explicou ainda que, se tivermos reuniões semestrais de prestação de contas, o nosso desempenho irá melhorar, assim como o grau de relacionamento com os servidores da ativa. O Presidente concordou com as considerações do Diretor Financeiro e explicou que o tempo de fala é muito importante. Concordou também com o Conselheiro Miranda sobre ter havido um constrangimento pelo conselho não ter sido convidado, explicando que os conselhos são um organismo do Instituto e devem estar na mesa para responder perguntas e falar sobre o seu trabalho para que não cause a celeuma que foi dita no boletim do STMC. Disse que essa audiência foi produtiva, mas entende que devemos melhorar nas próximas tendo mais democracia e participação dos conselhos. Após, o servidor Rodolfo fez suas colocações dizendo que não pôde participar da última reunião com o Diretor Administrativo porque o STMC estava empenhado nas questões sindicais e entende que o boletim não trata de *fake news*, conforme dito pelo Conselheiro Miranda, pois o Boletim foi feito com muito tempo de análise e refletiu o que foi dito na Audiência Pública. Agradeceu a Conselheira Viviane e disse que foi uma dificuldade muito grande encontrar fotos das pessoas sem máscara e por isso, houve essa diferença, além de não terem conseguido encontrar foto de todos, faltando um Conselheiro. O Presidente em resposta, disse que, de todos os conselheiros indicados, foi o único que teve uma foto sem

máscara, questionando qual teria sido o critério. O servidor Rodolfo respondeu dizendo que precisaram buscar fotos em rede sociais e pediu que, para o próximo boletim, fossem enviadas fotos atualizadas. Afirmou que o STMC respeita todos os conselheiros, indicados e eleitos, e sempre acompanhou o trabalho do CAMPREV desde a gestão do conselheiro Moacir, do Dr. Campos e, agora, do Diretor Presidente Marionaldo, assim como outros Diretores, mas na última eleição para as Diretorias houve uma grande disputa eleitoral com falas de que iriam mudar o CAMPREV, sendo que as informações que tiveram na audiência foram de que isso não aconteceu, ligando o sinal de alerta para o sindicato. Disse que o objetivo do sindicato é dar transparência e informações para toda a categoria, dizendo que nada impede que o CAMPREV faça um boletim do Conselho e distribua para a categoria. Na sequência, o Conselheiro Henry disse que é o Conselheiro que não foi homenageado no boletim e perguntou se nesse processo de transparência e debate, será dado ao Conselho o direito de resposta com o mesmo espaço que foi colocado no informativo para que possamos nos manifestar sobre todas as colocações, concordando com o Conselheiro Miranda sobre as informações *fake news*, pois se tivesse sido perguntado ao Conselho previamente, poderíamos esclarecer os erros absurdos cometidos no boletim. O servidor Rodolfo em resposta, disse que somos pessoas públicas, servidores de carreira que disputaram eleições e nada foi inventado para difamar a imagem de ninguém, pois querem dar transparência a essas informações. Disse que na hora de pedir votos, publicamos nossas fotografias nos jornais e boletins e agora temos que ter a responsabilidade de apresentar os nossos trabalhos, falando ainda que, enquanto diretor do STMC recebe muitas críticas e considera isso bom. O Presidente pontuou na sequência, que aqueles que disputaram a eleição tiveram alta publicidade. O servidor Rodolfo em resposta, disse que o ideal era que todos estivessem sem máscaras, mas não foi possível encontrar fotos de todos. Falou que não é de nenhum partido político e é apenas um servidor de carreira lutando por essa categoria, pontuando que acompanharam também o contrato de R\$ 6 milhões de FIPE, o que tem sido feito e o que ela tem trazido de recursos junto à prefeitura. A Conselheira Viviane explicou, em seguida, que o servidor Rodolfo estava se referindo ao contrato de compensação, mas o de R\$ 6 milhões é o de sustentabilidade, explicando que existem vários contratos com a FIPE e que o STMC deveria elencar todos eles. Sobre o direito de resposta, o servidor Rodolfo disse que o que tiver para falar sobre o seu trabalho como Conselheiro Municipal pode ser dito a ele para ser avaliado e ser colocado no próximo boletim. Explicou que deve dar a informação à categoria do que está acontecendo no CAMPREV, o que o Conselheiro Henry completou dizendo que deveriam perguntar antes o que está acontecendo. O servidor Rodolfo respondeu dizendo que não podemos tentar agora corrigir o que aconteceu sem informação anterior, o que a Conselheira Viviane complementou dizendo que não só pode, como deve. O Conselheiro Miranda disse em seguida, que o sindicato que quer representar os servidores públicos deveria ter essa qualidade de vir escutar para então, publicar. Explicou que a fala do Conselheiro Henry não é de uma avaliação de um pedido de resposta, pois o sindicato deve garantir um direito de resposta ao CMP. Depois, o servidor Rodolfo perguntou ao Diretor Financeiro se, dentro da Diretoria, existe algo a falar sobre o assédio moral e o que está sendo feito para combater, dizendo que o sindicato havia feito essa denúncia e encaminhado um ofício para o Diretor Presidente. Perguntou também qual teria sido a contribuição do Diretor Financeiro para a reprovação das contas de 2021 junto ao Conselho Fiscal. Questionou ainda o que o Diretor está fazendo para mudar o quadro da carteira de investimentos, visto que essa é a maior preocupação do sindicato referente ao dinheiro, pois precisamos ser arrojados pelo percentual do dinheiro a ser aplicado, o que pode ter uma rentabilidade maior para podermos atingir a meta no final do ano. Perguntou se, para 2022, iremos alcançar a meta, indagando qual é a projeção em relação ao fechamento do terceiro trimestre e em qual percentual os nossos investimentos estão. Agradeceu aos presentes dizendo que o STMC está de portas abertas, pois é um sindicato eleito que representa a categoria e gostariam da participação dos conselheiros trazendo mais informações para que seja feito um segundo boletim dando mais transparência a todos os atos do CMP, das diretorias, do Conselho Fiscal e da Junta de Recursos. O Diretor Financeiro em resposta, disse que já havia respondido algumas das perguntas como a questão sobre a carteira, pois, conforme haviam dito, os números fecharam em 30 de setembro. Sobre os investimentos serem arrojados, disse que temos um perfil conservador no ponto de vista do mercado e como fazemos gestão de um dinheiro que é de todos, o nosso zelo deve ser diferenciado, assim, além de buscarmos a maior rentabilidade, temos a obrigação de não correr muitos riscos. Sobre a sua contribuição na reprovação das contas de 2021, disse que a principal foi à meta, que fechou negativa. A respeito do assédio, disse que se isso aconteceu nas diretorias, haverá um processo para que o responsável responda, pois entende que deve ser tratado sem nenhuma leviandade, mas não tratará desse assunto sem que chegue uma denúncia, explicando ainda que não concorda que seja generalizado como assédio nas Diretorias do CAMPREV. Em seguida, o Presidente disse que o Diretor Financeiro é uma pessoa espetacular, que todos têm carinho e o tratamento na diretoria é todo de cortesia, dizendo que essa acusação não cabe ao Diretor e que deve ser tratado com quem é de

direito. Após, a Conselheira Eliana, sobre o boletim do STMC, disse que muito mais do que a foto, o seu nome é algo que preza muito, conforme a sua história profissional ao longo da carreira e, agora, como conselheira aposentada. A respeito dos investimentos, disse que a cadeia do CMP é cara para todos os conselheiros independentemente de serem eleitos ou indicados, dizendo que falar de investimentos não é fácil, principalmente, quando temos que lidar com o dinheiro de um instituto, onde a responsabilidade é muito maior. Destacou que todas as ações do CMP estão embasadas na resolução do Conselho Monetário Nacional determinando os índices e porcentagens de cada montante que pode ser aplicado, e também, a Consultoria da Empresa LDB assim como o COMIM – Comitê de Investimentos. Finalizou destacando que diversas variáveis que ocorrem no contexto nacional e internacional interferem de sobremaneira no mercado de investimentos. Após, o Conselheiro Miranda agradeceu a presença do Diretor Financeiro e disse que precisamos de uma reunião urgente para tratar da questão do boletim do STMC, solicitando que, como encaminhamento, possamos conversar e tomar uma posição. O Presidente em resposta, disse que faremos essa discussão em um momento oportuno, dizendo também que o boletim foi um equívoco, mas que tem a consciência de que cumpre o seu melhor em relação ao trabalho do conselho. O Conselheiro Miranda destacou na sequência, que pretende falar na defesa institucional, pois se não houver a institucionalidade, irá se organizar por fora. Em seguida, a Conselheira Débora disse que teremos reunião ordinária na próxima quinta-feira e devemos colocar essa pauta urgente na reunião. Disse que é preocupante o que o Diretor Financeiro falou e explicou que os conselheiros vêm insistentemente falando sobre as terceirizações dentro do CAMPREV, pedindo que o STMC verificasse essa questão, pois temos três empresas terceirizadas, sendo elas a GCASP, Atlantic e FIPE, totalizando 15 funcionários trabalhando no lugar de servidores concursados. Explicou que quando o concurso do CAMPREV foi criado isso já deveria ter sido previsto, questionando ao Diretor Financeiro quando havia sido feita a determinação do Ministério de Previdência a obrigatoriedade de existir um único sistema para todos os entes, pois conforme foi dito, não é o CAMPREV que fará a elaboração desse contrato e a Diretoria Financeira perderá cinco funcionários, questionando sobre quem executará o trabalho dessas pessoas quando um dos principais problemas do instituto é a falta de servidores. Destacou que não houve concurso nos últimos quatro anos mesmo havendo essa falta de funcionários e o CAMPREV, assim como os outros entes, deve ter concursos públicos. Perguntou ao Diretor como se dará o treinamento do novo sistema se não temos servidores e concursos. Sobre a audiência pública, disse que temos uma assessoria de comunicação, mas em nenhum momento viu essa assessoria na organização da audiência. O Diretor Financeiro em resposta, disse que essas constatações sobre a audiência pública são importantes para que possamos melhorar e fazer as correções. Sobre a unificação dos sistemas da contabilidade, prevista em lei, disse que existem diálogos há algum tempo, mas foi possível adiar, pois existe uma lógica dos RPPSs de que não são favoráveis a essa mudança do sistema por conta da especificidade que temos. No tocante ao encerramento do contrato com a GCASP, disse que será uma situação difícil e haverá um treinamento para implantação do novo sistema e perderá cinco funcionários, explicando também que esse desmonte do serviço público vem de algum tempo e não temos conseguido dar uma resposta quanto a isso. Pontuou que a conta do instituto está piorando e, daqui a algum tempo, teremos mais aposentados e pensionistas do que contribuinte. O Presidente disse que a próxima reunião, que será presencial, será oportuna para discutirmos esse tema. Explicou que já foi sindicalista, mas disse que o STMC precisa vir ao CAMPREV para entender a situação de maneira correta para que o papel de sindicato seja cumprido. Disse também que o boletim foi muito politizado, principalmente, no tocante as fotos. O Conselheiro Moacir disse que também gostaria de se posicionar na reunião presencial sobre o seu descontentamento, o que o Conselheiro Misael concordou dizendo que o que foi dito não é a verdade e uma nota de esclarecimento é muito necessária para o CAMPREV. Por fim, o Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos do Diretor Financeiro. **III - DELIBERAÇÃO:** Por se tratar de assunto expositivo, não houve deliberação. **ENCERRAMENTO:** Para constar, foi lavrada a presente ata, aprovada no dia 20 de dezembro de 2022 por unanimidade dos votos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença dos conselheiros e participantes e deu por encerrada a reunião. Ata assinada por mim, Denilson Pereira de Albuquerque- Secretário do CMP, que a lavrei, pelos conselheiros presentes, estando devidamente de acordo com os termos acima.



Documento assinado eletronicamente por **DENILSON PEREIRA DE ALBUQUERQUE**,
Secretário(a) do CMP, em 23/12/2022, às 14:10, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril
de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NELTON MIRANDA LIMA DOS SANTOS, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 28/12/2022, às 17:00, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NILDA RODRIGUES, Vice Presidente**, em 05/01/2023, às 15:53, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JOAQUIM PEREIRA FILHO, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 05/01/2023, às 16:53, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANA REGINA ANTONELLI DE MORAES CASCALDI, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 10/01/2023, às 10:45, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Misael Rogério de Souza, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 10/01/2023, às 23:13, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE VILELA DE REZENDE, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 12/01/2023, às 15:35, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRY CHARLES DUCRET JÚNIOR, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 13/01/2023, às 14:53, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CESAR OLIVEIRA RODRIGUES, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 30/01/2023, às 12:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA TEIXEIRA CHAVES SILVA, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 15/02/2023, às 10:21, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MOACIR BENEDITO PEREIRA - OAB 97.071, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 17/02/2023, às 10:46, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **7105728** e o código CRC **C2AA0BC9**.
